

Resumo de notícias econômicas

05 de Outubro de 2021 (terça-feira)

Ano 3 n. 188

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 05 OUTUBRO DE 2021

Pane global expõe dependência de aplicativos do Facebook (05/10/2021)

O Estado de S. Paulo

A pane de três plataformas do império de Mark Zuckerberg expôs a dependência do brasileiro em relação a Facebook, Whatsapp e Instagram. Durante cerca de seis horas, à tarde, dezenas de milhões de pessoas no País e bilhões pelo mundo ficaram sem comunicação, entretenimento e, sem poder gerar renda. Somente no Brasil, o Whatsapp tem 120 milhões de usuários. O problema ocorreu nos servidores dos três aplicativos e teve reflexos no mundo todo. A princípio, a possibilidade de ataque hacker foi descartada. Os papéis do Facebook na Nasdaq, pregão de tecnologia de Nova York, caíram 4,89%. Em um dia, a fortuna de Zuckerberg encolheu em US\$ 5,9 bilhões. Sheryl Sandberg, diretora de operações do Facebook, perdeu US\$ 22 milhões.

O dia foi de caos para muita gente: pouco depois de meio-dia, a queda das três maiores plataformas do império de Mark Zuckerberg – Facebook, Whatsapp e Instagram – atrapalhou o acesso das pessoas à comunicação, ao entretenimento e até afetou a capacidade de ganhar dinheiro. Além do aspecto de segurança na internet e do prejuízo para as ações do Facebook, a pane nesses serviços expôs a grande dependência do brasileiro desses aplicativos. O problema, porém, foi de proporções globais – diariamente, o Facebook tem cerca de 2 bilhões de usuários em todo o mundo.

Nos últimos anos, os brasileiros se habituaram a usar os aplicativos não só para falar com outras pessoas. Viraram meio também para tarefas como comprar ou vender mercadorias, pagar contas, marcar consultas ou acertar compromissos de trabalho. Em questão de minutos, tudo isso sumiu, como se não existisse mais na internet. “O que você fez no dia em que Whatsapp, Instagram e Facebook saíram do ar? A resposta diz muito sobre como estruturamos nossas vidas ao redor de aplicações na internet”, afirma o diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS RIO), Carlos Affonso Souza.

Mas o que está por trás da pane que durou mais de seis horas e causou tanta comoção e prejuízo? Do ponto de vista técnico, se tratou aparentemente de uma falha do tipo DNS – ou seja, um problema nos servidores da empresa. Assim, durante toda a tarde de ontem, quem tentou acessar algum dos três aplicativos, simplesmente não conseguiu ter acesso às funções. Quando isso acontece, segundo Rodrigo Izidoro Tinini, professor de Ciência da Computação do Centro Universitário FEI, serviços integrados na mesma plataforma tendem a enfrentar o mesmo problema, o que ajuda a explicar por que os três apps ficaram indisponíveis ao mesmo tempo.

A possibilidade de um ataque hacker foi descartada, por ora, por especialistas. “É difícil criminosos terem sucesso invadindo uma empresa como o Facebook, que está na vanguarda da tecnologia e não brinca com segurança digital”, diz Vivaldo José Breternitz, professor da faculdade de informática da Universidade Mackenzie.

Segundo o jornal The New York Times, o Facebook chegou a enviar uma equipe para reiniciar manualmente os servidores na sede da empresa, na Califórnia. Durante o dia, a empresa não apresentou explicações para a falha – se limitou a pedir desculpas e a dizer que estava investigando a falha. Embora uma invasão aos servidores do Facebook pareça improvável, isso não quer dizer que a imagem da companhia, tão relevante no mundo todo, não tenha sido afetada. Tanto foi assim que os papéis do Facebook na Nasdaq, tiveram queda de 4,89%, fechando cotados a US\$ 326,23.

Isso quer dizer que, em apenas um dia, a fortuna de Mark Zuckerberg encolheu em US\$ 5,9 bilhões, caindo para sexto lugar (ou uma posição) no ranking de bilionários da Forbes. Sheryl Sandberg, diretora de operações do Facebook, perdeu US\$ 22 milhões e sua fortuna foi a US\$ 1,9 bilhão.

Uma questão levantada por Breternitz é se, diante da pane e de terem ficado na mão, pessoas físicas e empresas tenderão a usar menos os aplicativos do conglomerado de Zuckerberg. “No caso do Whatsapp, as pessoas já usam amplamente o aplicativo no Brasil, até para assuntos de trabalho, e não devem abandoná-lo por outra plataforma. Até porque problemas similares de instabilidade acontecem com plataformas de todos os tipos, inclusive em apps de bancos”, diz Breternitz.

Lavoro cresce no Brasil e se prepara para Chile e Peru (05/10/2021)

Broadcast

Após comprar oito revendas de insumos agrícolas em 2020 e cinco neste ano, a Lavoro, maior grupo de distribuição do setor na América Latina, vai intensificar a abertura de novas lojas. Até o fim da safra 2021/22, em junho do ano que vem, serão inauguradas mais 26 no Brasil, em Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Tocantins, totalizando 182 pontos de venda. “Integramos empresas na última safra e agora estamos em fase de acelerada expansão orgânica”, diz à coluna Marcelo Abud, há seis meses CEO do grupo controlado pelo Pátria Investimentos. No exterior, a Lavoro deve concretizar em breve o plano de ir além da Colômbia, onde atua desde 2017. “Há conversas avançadas no Chile e Peru. Queremos ao menos uma empresa em cada país.”

Os mercados chileno e peruano têm semelhanças com o colombiano, como a produção de frutas e um sistema de vendas não só por revendas, mas também por lojas bem pequenas, no qual a Lavoro adquiriu expertise. A distribuição, como no Brasil, é fragmentada, e há produção de soja e milho no Chile e no Peru. “A diversificação de negócios e de geografia é estratégica para compensar eventuais perdas”, afirma.

Na Colômbia, a Lavoro adquiriu recentemente o grupo Cenagro, de fertilizantes e biofertilizantes, e espera a aprovação do órgão regulador local em poucas semanas, conta Abud. Aqui, o Pátria segue “animado” em fazer novas aquisições. “O foco está em regiões onde não atuamos, como Matopiba (abrange Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) e Rio Grande do Sul.” A Lavoro tem lojas nos Estados do Centro-oeste, além de Tocantins, Rondônia, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina.

As 22 empresas adquiridas pela Lavoro desde 2017, cinco delas neste ano, têm trazido retorno. O grupo vem crescendo entre 25% e 28% nos últimos anos e fechou 2020 com R\$ 5,4 bilhões de faturamento. Na safra 2020/21, encerrada em junho, somou R\$ 6 bilhões. Para 2021, a expectativa é manter o ritmo. As “especialidades” – biodefensivos e adubos especiais – terão peso crescente: em 2020/21, representaram 5% do negócio; em 2024/25, devem chegar a 10%.

Economia circular (05/10/2021)

Broadcast

A JBS Ambiental iniciou as operações de duas novas usinas de reciclagem de resíduos de suas plantas de abate, em Mato Grosso do Sul e Goiás. Com investimentos totais de R\$ 13 milhões na expansão, a companhia pretende inaugurar mais cinco até o fim de 2021, desta vez no Estado de São Paulo. Ao todo, serão 18 unidades responsáveis por transformar resíduos dos frigoríficos em produtos de valor agregado.

BR do Mar (05/10/2021)

Broadcast

Após a aprovação da BR do Mar, que tramita no Senado Federal, ainda há outros desafios para tornar o transporte por cabotagem mais competitivo no País. A avaliação é de Edeon Vaz Ferreira, diretor executivo do Movimento Pró-logística. “A BR do Mar não vai resolver todas as questões de alto custo com tripulação e de disponibilidade de navios”, diz. Entre as possíveis medidas, ele cita a redução do ICMS sobre o combustível marítimo pelos governos estaduais.

Plataforma do produtor rural (05/10/2021)

Broadcast

A Agropad, plataforma que conecta o produtor rural com o consumidor, aposta no setor de frutas, legumes e verduras (FLV) para impulsionar seu crescimento. A meta para o primeiro semestre de 2022 é aumentar de 45% para 80% o total de agricultores deste segmento cadastrados em sua plataforma, conta Luciano Moraes, CEO. Em operação há quatro meses, a agtech conta com mil produtores inseridos, especialmente de São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Para 2022, almeja faturamento de R\$ 2,7 milhões.

Arrendamento temporário de florestas nativas (05/10/2021)

Broadcast

Antenada à cobrança crescente pela regularização ambiental, a Reservas Votorantim está oferecendo um serviço específico para produtores rurais: o arrendamento temporário de florestas nativas cadastradas como reservas legais. Agricultores podem contratar o uso dessas áreas da gestora de ativos ambientais por até 15 anos, a fim de cumprir a lei ambiental, que exige que as propriedades rurais preservem pelo menos 20% das florestas nos biomas Mata Atlântica e Cerrado.

A iniciativa é voltada a produtores que precisam reflorestar áreas desmatadas, mas não têm como fazer isso dentro da sua propriedade, sob o risco de perder área produtiva. O cuidado e o monitoramento da reserva legal são feitos pela empresa. “Já temos contratos firmados. A ideia é ampliar a oferta, conforme a demanda aumentar”, diz David Canassa, diretor da Reservas Votorantim. Hoje, a empresa administra 63 mil hectares de florestas plantadas em duas reservas privadas em São Paulo e Goiás.

Setor de viagens corporativas vai levar 5 anos para se recuperar (05/10/2021)

O Estado de S.Paulo

Um dos setores mais afetados pela pandemia de covid-19 foi o de viagens, incluindo aviação e hotelaria. Mas não foram só os destinos de lazer que sofreram com as medidas de isolamento. O setor de viagens corporativas, que integra vários serviços, incluindo a realização de eventos, ficou quase paralisado e agora tenta se recuperar. Mas, segundo Gervásio Tanabe, presidente executivo da Associação Brasileira de Agências de Viagens Corporativas (Abracorp), será um processo longo.

Em quanto tempo o prejuízo que o setor teve durante a pandemia deve ser revertido?

Nós trabalhamos com um prazo, seguro, de 5 anos para a recuperação do setor. A maioria das agências ficou no vermelho e, em 2021, ainda temos algumas assim. Todas terão de liquidar dívidas, recuperar o prejuízo. Não temos um dado concreto. Pode ser

que tenhamos uma bolha gigante de crescimento de mercado e que faça tudo isso ser mais rápido – é o que queremos. Mas 5 anos é o prazo mais seguro.

• O avanço da vacinação no Brasil e no mundo é a grande virada para o setor ou outra ação pode ser adotada?

A vacinação é a principal mola para a recuperação acontecer. E é importante o certificado de vacinação. Há opiniões diferentes sobre isso, mas é uma forma de comprovar a imunização. Isso tranquiliza o cliente para fazer a viagem. aparecer?

No último trimestre de 2021, o resultado será bem melhor do que foi em 2020. Hoje, atuamos com cerca de 40% do volume que tínhamos em 2019, pré-pandemia. Com a ampliação da vacinação, acreditamos que o 4.º trimestre deverá ter um resultado perto de 65% do que tivemos em 2019. O que ainda afeta o crescimento? Nós não temos mercado internacional ativo ainda. O mercado internacional chega a representar 40% do volume de negócios das 25 agências associadas à Abracorp.

• Como as agências estão atuando para estimular as viagens corporativas?

Ainda é o início, mas a tendência é avançar. Quando recebemos demanda, perguntamos se o cliente não quer também fazer algo voltado para o lazer, o que chamamos de “bleisure” (mistura de business – negócios e leisure – lazer, em inglês). Não é uma tônica, mas esse tipo de apelo de negócios está começando a acontecer e está aumentando. As pessoas ficaram tanto tempo em casa que, quando puderem, vão querer viajar e levar a família. Queremos que isso se torne normal.

Em meio a críticas, governo aponta melhora de contas (05/10/2021)

Broadcast

Diante da maior desconfiança do mercado financeiro em relação ao rumo das contas públicas, o Ministério da Economia lançou uma ofensiva para tentar colocar em evidência o que considera sinais de melhora consistente no quadro fiscal do País. A Secretaria de Política Econômica (SPE) argumenta que o atual governo encerrará o mandato com um déficit menor do que no início do governo Jair Bolsonaro, após um ajuste calcado na redução de despesas.

As incertezas sobre o rumo da política fiscal cresceram nas últimas semanas na esteira das discussões sobre os programas sociais do governo. A ampliação do Bolsa Família, por meio do novo Auxílio Brasil, depende de uma solução para o “meteoro” de precatórios, dívidas judiciais que saltaram a R\$ 89,1 bilhões em 2022 e consumiram a folga no Orçamento que seria destinada à transferência de renda às famílias.

Já a ala política do governo defende a prorrogação do auxílio emergencial, que custa cerca de R\$ 9 bilhões ao mês e seria executado fora do teto de gastos (regra que limita o avanço das despesas à variação da inflação), com a emissão de mais dívida.

Em reação à espiral pessimista, a SPE elaborou uma nota chamada “O processo de consolidação fiscal do governo federal: esforços para reduzir a carga tributária aliados aos cortes nos gastos do governo”. No documento, o secretário Adolfo Sachsida afirma que o governo entregará em 2022 um déficit de R\$ 28,8 bilhões, menor do que o observado no primeiro ano da gestão (rombo de R\$ 95,1 bilhões em 2019).

O governo também vê as contas no azul a partir de 2023, com um leve superávit de R\$ 2,8 bilhões. As projeções oficiais, porém, divergem das do mercado financeiro, que segue esperando rombo nas contas pelos próximos três anos. “A principal conclusão é que há um claro movimento de melhoria na situação fiscal centrada – simultaneamente – na sinalização da redução dos impostos e no expressivo corte dos gastos federais”, diz a nota, que foca nas medidas já adotadas, sem fazer menção aos temas ainda em aberto e que despertam entre economistas receios de maiores gastos.

A SPE cita medidas que resultaram na redução da carga tributária, como cortes no Imposto de Importação, redução dos valores do DPVAT (seguro obrigatório para condutores de trânsito) e a extinção da multa adicional de 10% sobre o FGTS em demissões sem justa causa. Ainda no âmbito das receitas, a nota elenca os efeitos da reforma do Imposto de Renda em discussão no Congresso, que pode ampliar o contingente de trabalhadores isentos do IRPF em 5,4 milhões (para 16,6 milhões de brasileiros no total). Entre os novos beneficiados, 2,9 milhões seriam da região Sudeste, 1,1 milhão do Sul, 722 mil do Nordeste e 701 mil de Norte e Centro-oeste.

Congresso tenta avançar em regra para créditos de carbono (05/10/2021)

Folha de São Paulo

Conscientes de que a imagem da política ambiental brasileira está desgastada, autoridades em Brasília intensificaram as articulações para o País chegar à Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2021 (COP26) com uma pauta concreta sobre o mercado regulado de créditos de carbono. O assunto será destaque na agenda do evento, que acontece em novembro em Glasgow, na Escócia.

A necessidade de avançar com o tema é reforçada pelo contexto de atraso do Brasil. Enquanto o mundo já conta com pelo menos 28 iniciativas de mercado de carbono implementadas, o País ainda discute como a ferramenta funcionará internamente, apesar de guardar imenso potencial para o negócio.

Uma resposta efetiva sobre o assunto pode sair em outubro da Câmara, que analisa projeto de lei sobre o assunto. “Precisamos levar uma medida concreta ao mundo. O mundo não aceita mais palavras do Brasil”, disse o vice-presidente da Casa, Marcelo Ramos (PL-AM), que é autor da proposta. O projeto traça diretrizes do chamado Mercado Brasileiro de Redução de Emissões. Nele, poderão ser contabilizados os créditos de carbono originados a partir de projetos ou programas de redução ou remoção de gases de efeito estufa que forem verificados e emitidos conforme padrões de certificação estabelecidos na lei. Esses créditos poderiam ser negociados entre empresas, por exemplo. Existe uma unanimidade entre especialistas de que o desmatamento ilegal será o “calcanhar de Aquiles” do País diante da comunidade internacional em Glasgow. O presidente Bolsonaro usou o palco da 76.ª Assembleia-geral da Organização das Nações Unidas (ONU) para reafirmar que o Brasil vai zerar esse índice, mas a falta de ações práticas alimenta a descrença de outros países.

Mas chegar à COP26 com a proposta finalizada pelo Legislativo não é consenso. Um dos focos de resistência vem de parte do governo, além da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Ambos defendem a introdução da ferramenta no Brasil, mas consideram ser precipitado fechar um texto antes de absorver o que será discutido sobre o tema na conferência. Essa posição por integrantes do governo foi explicitada

pelo secretário adjunto do Ministério do Meio Ambiente, Marcelo Donnini Freire. Em audiência na Câmara, ele recomendou que os deputados aguardem os resultados da COP26 para avançar na proposta. “Existem alguns setores no governo que entendem que só deveríamos aprovar o projeto depois da COP26, o que penso ser um equívoco. Mas estamos dialogando”, disse Ramos sobre o entrave.

O deputado também pretende intensificar o diálogo com o agronegócio nos próximos dias, já que a CNA é outro foco de oposição a essa estratégia. “Os mercados regulados são uma realidade e o Brasil terá o seu. O que nos questionamos é que não faz sentido aprovar um texto sem conhecer a regra geral”, disse o consultor de Meio Ambiente da CNA, Rodrigo Justus.

Especialista em economia do meio ambiente e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Ronaldo Seroa da Motta rejeita a avaliação de que a aprovação do projeto seria um movimento precipitado. Ele fez parte do Partnership for Market Readiness (PMR) Brasil, iniciativa coordenada pela gestão do Ministério da Fazenda na época e pelo Banco Mundial para discutir a precificação de emissões. “Discutimos isso desde 2013.” Para Motta, o grande problema é que, no momento, o Executivo não quer ter uma meta de redução de carbono. “Para esse governo, ter instrumentos que garantam o cumprimento das nossas metas não é prioridade. O Brasil é um grande produtor de atividade de baixo carbono, só instrumentos de mercado vão dar essa valorização. Só que eles também vão sinalizar para o mundo que o Brasil acredita na mudança do clima, e talvez esteja aí o problema”, afirmou.

Projeto de créditos de carbono na Câmara prevê fase de adesão voluntária (05/10/2021)

O Estado de S. Paulo

O projeto de lei em discussão na Câmara que cria um mercado regulado de carbono para o Brasil prevê uma fase de adesão voluntária nos primeiros dois anos de implementação. Depois, haveria uma transição para a entrada obrigatória dos setores que serão afetados. A proposta foi aprovada pela Comissão de Desenvolvimento

Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) da Casa, e aguarda um parecer na Comissão de Meio Ambiente, onde é relatada pela deputada Carla Zambelli (PSL-SP).

No geral, o texto traça diretrizes do chamado Mercado Brasileiro de Redução de Emissões. Um passo essencial para o funcionamento desse mercado é o chamado Sistema Nacional de Registro de Inventário de Emissões de GEE. Será a partir dele que será possível assegurar a credibilidade e segurança das transações com esses ativos, servindo ainda como ferramenta para contabilidade das trocas nacionais e internacionais com créditos de carbono originados no País. O projeto não estabelece qual estrutura governamental será responsável pelo sistema de registro, apenas que ele será administrado por uma instituição existente ou criada pelo Executivo.

“A questão da MRV (medição, relatório e verificação) é central. Toda essa parte de registro de emissões precisa estar muito redonda. Sem essa parte de medição, você não consegue. A parte de auditoria também. Precisa ter um sistema muito robusto”, disse o gerente executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Davi Bomtempo.

A implantação do mercado de carbono no Brasil deverá acontecer em fases. Um dos grandes colaboradores do projeto, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) sugere que estejam dentro do instrumento instalações que emitem anualmente acima de 50 mil toneladas de CO₂ equivalente (tco_{2e}). O controle deve afetar setores intensivos em carbono e, com o passar do tempo, seriam incluídos outros gases de efeito estufa e mais setores industriais.

Estar dentro de um mercado regulado de carbono, por sua vez, também tem vantagens competitivas. Além de inserir a empresa num novo modelo de negócios, a preocupação crescente do consumidor em comprar produtos ambientalmente responsáveis torna esse “selo” de economia de baixo carbono ainda mais atrativo. “Consumidor quer saber quanto de carbono você utiliza, como tratou o recurso hídrico, eficiência energética, como fez gestão de seu resíduo. Tudo isso conta nessa agenda e traz necessidade de o empresário fazer essa mudança de mindset para se adequar a essa nova ordem global”, afirmou Bomtempo.

Riscos desafiam recuperação da Bolsa (05/10/2021)

E Investidor

A expressão “voo de galinha” foi criada por economistas para descrever períodos de forte e empolgante crescimento, mas que não se mantêm no longo prazo. Voos de galinha acabam rápido, de maneira abrupta e deixam aquele clima de frustração no ar, tal qual ocorreu com o Ibovespa em 2021. O índice chegou até animar investidores no primeiro semestre, com um ganho acumulado de 6,72%, rompendo a barreira dos 130 mil pontos e gerando expectativas bastante positivas em relação à reabertura da economia na segunda metade do ano. Algumas casas de análise mais otimistas chegaram a prever o avanço para 150 mil pontos em dezembro.

Entretanto, somente no terceiro trimestre o indicador caiu 12,48%, regredindo à faixa dos 110 mil pontos, segundo dados da consultoria Economatica Brasil. “Estávamos em uma toada muito positiva, a vacinação indo bem, dados econômicos dos EUA e Europa positivos. Abrimos o terceiro trimestre com uma perspectiva alta, mas logo algumas coisas passaram a atrapalhar”, diz Juan Espinhel, especialista em investimentos da Invest. Segundo o especialista, assim que o recesso parlamentar acabou, no início de agosto, começaram os boatos a respeito da criação de um novo Bolsa Família. Esse foi, possivelmente, o divisor de águas para a B3. “O mercado enxergou isso como um projeto populista para tentar pleitear algo em 2022. A volta da pauta política desgastou bastante. O dólar subiu quase 5%”, afirma.

O “meteoro” dos precatórios, dívidas judiciais da União, ajudou a azedar o humor dos investidores e a aversão ao risco na Bolsa. “Sabemos que esses pacotes de bondades terão de ser pagos depois”, afirma Pedro Serra, analista da Ativa Investimentos.

Os impasses com a China foram um terceiro ingrediente para a tempestade perfeita. O país asiático passou a fazer uma série de restrições à produção de aço, o que fez desabar os preços do minério de ferro, insumo utilizado na confecção do metal. Somente entre agosto e setembro, a commodity cedeu mais de 30%. Com a derrocada, as ações da mineradora Vale (VALE3) passaram por seus piores momentos em 12 meses e chegaram à mínima de R\$ 76,20 na sexta-feira.

Por último, a crise da incorporadora imobiliária chinesa Evergrande impôs baixas expressivas ao Ibovespa na terceira semana de setembro. No acumulado de 2021, o indicador está negativo em 5%.

Para o último trimestre do ano, o Ibovespa larga em desvantagem. Os riscos fiscais devem continuar fazendo parte do cenário e as brigas políticas ganham mais corpo com a proximidade das eleições. Além disso, os problemas de ordem climática, como a crise hídrica e energética, também entram no radar dos investidores.

Paralelamente, o Banco Central tem grandes desafios em relação à condução da política monetária. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), usado para medir a inflação, já acumula uma alta de 5,67% até agosto, bem acima da meta de 3,75% estipulada para 2021. Na ata do Comitê de Política Monetária (Copom) de 28 de setembro, o colegiado já deixou claro que, em função da persistência do aumento de preços, o ciclo de alta dos juros poderá ser mais longo. De acordo com o Boletim Focus, o mercado já vê a Selic em 8,25% até o fim do ano.

Para Roberto Attuch, CEO da Ohmresearch, no atual cenário é difícil imaginar o Ibovespa se recuperando de maneira consistente. “Os economistas estão reduzindo para baixo as estimativas de crescimento econômico do Brasil para 2022, em função da alta de juros”, afirma. Segundo ele, enquanto isso acontecer, será improvável alta mais forte da Bolsa. “São essas estimativas que dão lastro para as projeções de lucro por ação das empresas”, afirma. Segundo José Francisco Cataldo, superintendente de pesquisa da Ágora Investimentos, apesar das incertezas no ambiente doméstico, a Bolsa está com preços muito atrativos. “Nos próximos 12 meses, a principal preocupação continuará sendo a política fiscal e o racionamento de energia, mas achamos que essas variáveis devem melhorar um pouco”, afirma.

*Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do
Governo do Estado do Ceará.*

Assessoria de Comunicação – Sedet

Fone: (85) 3444.2900

www.sedet.ce.gov.br

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

Atualizado no dia 26.08.2021

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE. Atualizado em 17/06/2021.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão;

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUL)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.406,49
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.742,31
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-335,82

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até junho)
Brasil (R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,21
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	91,18

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até junho) (base: igual mês ano anterior) (%) – CEARÁ				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,0	2,1	-22,0	26,8
Pesquisa Mensal de Serviços	-9,2	-2,3	-13,4	5,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,5	-1,1	-16,3	4,9
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	4,2	2,9	-15,8	18,3
INFLAÇÃO (Acumulado até julho)				
	2018	2019	2020	2021
IPCA - BRASIL	2,83	2,54	0,90	5,81
IPCA - FORTALEZA	1,79	3,50	1,84	7,21
INPC - BRASIL	2,83	2,55	0,80	5,01
INPC - FORTALEZA	1,96	3,31	1,73	6,20
IGP-M	5,94	4,79	6,71	15,98

Fonte: IBGE e FGV.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4
População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
Força de trabalho (mil)	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.631 (48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466
Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)	1.525	1.685	1.656	1.766

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até julho)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.809	1.569.938
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.355	8.930.303
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.630.932	49.479.236

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

** O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 2021.

Saldo de Empregos Gerados - Acumulado - 2020 - CEARÁ						
	2020			2021		
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
JAN	36.806	34.391	2.415	41.170	33.710	7.460
JAN-FEV	74.862	65.408	9.454	85.446	66.708	18.738
JAN-MAR	108.795	106.877	1.918	120.804	104.395	16.409
JAN-ABR	121.809	155.609	-33.800	151.363	131.936	19.427
JAN-MAI	136.612	181.915	-45.303	183.072	159.599	23.473
JAN-JUN	156.057	204.187	-48.130	221.170	188.461	32.709
JAN-JUL	184.009	226.332	-42.323	264.242	218.113	46.129
JAN-AGO	218.898	249.959	-31.061			
JAN-SET	256.917	275.933	-19.016			
JAN-OUT	300.873	304.085	-3.212			
JAN-NOV	341.536	329.998	11.538			
JAN-DEZ	372.208	358.217	13.991			

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN – JUL)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	41.167	49.078	47.641	66.099
Fechamento	60.103	18.328	15.794	21.012
Total	-18.936	30.750	31.847	45.087

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN-JUL)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	9.996.015	8.914.954	9.215.552	11.659.544

Fonte: CIPP

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN-MAR)			
	2019	2020	2021
Ceará	2.931.400	2.789.513	3.001.983

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.